



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

LEI Nº 1.263, DE 29 DE ABRIL DE 2009

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, deste Estado de Alagoas, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Seção I

Do programa Municipal de Habitação – PMH

Art. 1º - Fica criado o “Programa Municipal de Habitação – PMH”, que tem por objetivo a erradicação do déficit habitacional no âmbito do Município de São Miguel dos Campos.

Art. 2º - Através do PMH fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal:

I – Promover doação de lotes para construção de casas populares a pessoas reconhecidamente carentes previamente cadastradas junto à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social e que não possuam imóvel.

II – Promover doação e construção de Casas Populares a pessoas reconhecidamente carentes previamente cadastradas junto à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social e que não possuam imóvel.

Parágrafo Único: as doações e construções tratadas neste artigo poderão ser feitas em favor de pessoas jurídicas com finalidades assistenciais, sem fins lucrativos, com sede neste Município, podendo os indigitados lotes ter uma área superior à determinada no Art. 3º desta Lei.

Capítulo II

Da Doação de lotes

Art. 3º - Os lotes doados, que terão uma área de 7,00 x 15,00m, quando destinados a residências, devendo a construção do imóvel ser concluída em um prazo máximo de 03 (três) anos a partir da data da lavratura do Decreto Municipal de doação, findo o qual, não



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

LEI Nº 1.263, DE 29 DE ABRIL DE 2009

concluídas as obras de construção do imóvel, os indigitados lotes serão automaticamente revertidos ao Patrimônio Municipal.

§1º: As construções de que trata este artigo obedecerão rigorosamente à planta que será fornecida pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, não podendo ser modificada em sua fachada, salvo por autorização expressa do Chefe do Executivo Municipal.

§2º: Os contemplados pela doação tratada nesta Lei que descumprirem o padrão de construção determinado pelo Município sujeitar-se-ão à penalidade prevista no Art. 3º, *in fine*, desta Lei.

§3º: O Município fiscalizará a manutenção da posse dos lotes doados por parte dos donatários.

§4º: Caso o donatário não esteja na posse do imóvel, este será automaticamente revertido ao Patrimônio Municipal.

Art. 4º - As doações autorizadas por esta Lei serão formalizadas através de Escritura Pública de Doação que deverá ser assinada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo Único: A formalização da Escritura Pública de que trata este Artigo poderá ser realizada por procurador legalmente constituído com fins específicos.

Art. 5º - Até o registro definitivo da doação de que trata esta Lei, fica o Município, mediante Decreto, autorizada a outorgar na posse dos lotes os respectivos donatários.

Art. 6º - O donatário somente poderá alienar a qualquer título o lote doado após o prazo de 10 (dez) anos, contados do término construção do imóvel, desde que o respectivo "habite-se" tenha sido concedido pelo Município, sob pena de nulidade da indigitada alienação.

§1º: A alienação a qualquer título, mesmo após o prazo encravado no caput deste artigo, somente surtirá efeitos após a expressa anuência do Chefe do Executivo Municipal.

§2º: O donatário, entretanto, poderá gravar de ônus real o lote doado, desde que o imóvel a ser construído seja financiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Art. 7º - O donatário é responsável pelas despesas decorrentes de tributos, emolumentos e custas cartoriais afetas à formalização dos instrumentos públicos e respectivos registros tratados nesta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

LEI Nº 1.263, DE 29 DE ABRIL DE 2009

Capítulo III

Da Doação e Construção de Casas Populares

Art. 8º - As Casas Populares de que trata esta Lei obedecerão aos projetos realizados pela Secretaria Municipal de Viação e Obras;

Parágrafo Único: As obras que alterem em todo ou em parte a estrutura das Casas Populares doadas serão realizadas apenas após expressa anuência do Prefeito, sob pena de incidências das cominações previstas no Art. 3º, *in fine*, desta Lei.

Art. 9º - É expressamente proibida a doação, o aluguel e o empréstimo da casa recebido em doação por parte do beneficiário, sob pena de se reverter a doação e eventuais benfeitorias em favor do Município, para atendimento de outra família necessitada que esteja cadastrada e aguardando o benefício. Nesse caso não haverá de se falar em indenizações.

§1º: A vedação de que trata este artigo perdurará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da publicação do Decreto de doação.

§2º: A alienação a qualquer título, mesmo após o prazo encravado no §1º deste artigo, somente surtirá efeitos após a expressa anuência do Chefe do Executivo Municipal.

Seção IV

Do Cadastramento

Art. 10 - O Cadastramento de que trata o Art. 2º desta Lei obedecerá as disposições contidas nesta Seção.

Art. 11 - O Cadastramento de pessoas reconhecidamente carentes será feito anualmente pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social e obedecerá ao disposto nas diretrizes estabelecidas pelo respectivo Secretário.

Seção V

Da Fiscalização

Art. 12 - A Fiscalização de que trata esta Seção será feita pela Secretaria Municipal Habitação, Trabalho e Assistência Social e obedecerá os prazos e condições dispostas no Art. 6º desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

LEI Nº 1.263, DE 29 DE ABRIL DE 2009

Art. 13 – A Fiscalização de que trata esta Seção poderá ser feita a qualquer tempo, independente de prévia Notificação ao beneficiário.

Capítulo II

Das disposições finais

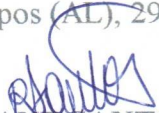
Art. 14 – Toda e qualquer imóvel construído sobre lotes doados pelo Município de São Miguel dos Campos, e que tenham a conclusão posterior a publicação desta Lei deverão obedecer aos prazos e condições dispostos no art. 6º desta Legislação.

Art. 15 – O Município de São Miguel dos Campos poderá promover a Doação de Lotes, bem como a Doação e Construção de Casas Populares para pessoas não cadastradas em casos de excepcional interesse público.

Art. 16 - Para efeitos desta Lei, considera-se beneficiário aquele contemplado pelo PMH ou qualquer outro doação de imóvel promovido pelo Município de São Miguel dos Campos.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Miguel dos Campos (AL), 29 de abril de 2009.


ROSIANE SANTOS
Prefeita

Publicada e Registrada, nesta Secretaria de Administração, na data de 29 (vinte e nove) de abril do ano de 2009 (dois mil e nove).


PAULESTINO DOS SANTOS
Secretário de Administração